



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 2, N. 11, dezembro/2021 #19



Universidade
de Fortaleza



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 2, N. 11, dezembro/2021 #19

Reitoria

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de Pesquisas Econômicas – UNIFOR

Prof. Ricardo Eleutério Rocha

Curso de Economia UNIFOR / Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas – UNIFOR

Prof. Felipe Bezerra dos Santos

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Francisco Alberto Lima de Oliveira

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Maurício Teixeira Rodrigues

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges

Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção

do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

A 19ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião do Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas do IPECE, Daniel Cirilo Suliano, intitulado **“Pandemia e Seu Legado Inflacionário”**. Na sequência da presente edição o Boletim apresenta as revisões recentes da previsões de crescimento da economia mundial para os anos de 2021 e 2022 realizadas pela OCDE; apresenta, com base nos dados do IBGE, o resultado do 3º semestre do PIB do Brasil pelas óticas da oferta e da demanda; analisa as previsões para 2021 e 2022 dos indicadores de conjuntura econômica, taxa de câmbio, taxa de juros SELIC e IPCA (inflação) e taxa de desemprego; **apresenta as previsões elaboradas pelo NUPE para o PIB do Brasil e do Ceará** para os anos de 2021 e 2022 em três cenários: pessimista, provável e otimista, além de analisar o desempenho recente da economia do Ceará com base nos dados do IPECE; e finaliza apresentando o resultado acumulado até dezembro de 2021 do **Índice de Ações Cearenses (IAC) do NUPE/Unifor**, que mede o comportamento das ações das empresas cearenses registradas em bolsas de valores.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

PANDEMIA E SEU LEGADO INFLACIONÁRIO

Daniel Cirilo Suliano ¹

O ano de 2020 caracterizou-se por eventos que desestabilizou a economia mundial com claros reflexos na economia brasileira. Mesmo não tendo todos os ingredientes de um “cisne negro” - evento improvável e com alto impacto - sendo, portanto, mais parecido com um “rinoceronte cinza” - perigoso, óbvio e altamente provável - a pandemia do novo coronavírus resultou em um choque inflacionário nos mercados mundiais com reflexos que se estenderão além de 2022 na inflação brasileira.

Em um primeiro momento, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - medida de inflação oficial do Brasil - calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou duas deflações (abril e maio de 2020) chegando a atingir uma mínima de 1,88% no acumulado dos últimos 12 meses e levando o Banco Central a reduzir a Selic a um patamar mínimo histórico de 2% a.a. O fechamento da economia bem como as medidas de isolamento social reduziu drasticamente a demanda por serviços e transportes provocando forte queda preços.

No entanto, a partir de junho de 2020 o quadro se inverteu tendo o preço dos alimentos apresentado forte alta com efeitos se estendendo ao longo do restante do ano. A retomada da atividade econômica das principais economias mundiais juntamente com a valorização das commodities pressionou os índices gerais de preços do país.

O Brasil é um grande exportador de commodities agrícolas e de minério de ferro obtendo elevados ganhos nos termos de trocas - preços das exportações vis-à-vis as importações. Nesse contexto, a melhora nos termos de troca eleva a receita em dólares produzindo apreciação do câmbio. Assim, esse efeito no câmbio nominal, mesmo com a elevação dos preços de bens comercializáveis, não provoca efeitos inflacionários na economia brasileira.

No entanto, como dito acima, a inflação seguiu em aceleração tendo o IPCA encerrado o ano de 2020 com alta de 4,52%, valor acima dos 4% do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), embora ainda dentro da meta, que possuía margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Essa escalada de preços do IPCA seguiu também no ano de 2021. No primeiro semestre desse ano, itens que fazem parte dos grupos de maior peso do índice, como combustíveis e energia elétrica, seguiram em aceleração. No caso deste último, em todos os meses do ano foi adicionada cobrança tarifária iniciando na bandeira amarela e indo até a bandeira de escassez hídrica a partir de setembro na qual se acrescentou R\$ 14,20 na conta de luz a cada 100 kWh.

Por sua vez, o grupo de transportes - que é composto por diversos tipos de combustíveis como gasolina e óleo diesel - seguiu em aceleração, mesmo com os termos de troca permanecendo favoráveis. A gasolina, por exemplo, encerrou o ano com alta de mais de 47%.

O fato novo foi a percepção de piora do quadro das contas públicas além da quebra do teto de gastos - que até então funcionava como âncora fiscal - desfazendo o “efeito gangorra” ocasionado uma forte depreciação do câmbio ao não contrabalançar a alta dos preços internacionais na inflação doméstica.

O resultado é que os três principais grupos que compõe o IPCA - transportes, alimentação e bebidas e habitação - encerram 2021 com altas de 21,04%, 7,94% e 13,05%, respectivamente. Já o IPCA fechou em 10,06%, valor de quase o dobro do teto da meta, que foi de 5,25%.

A boa notícia é que, mesmo com uma situação fiscal deteriorada e diversas incertezas por conta das eleições em 2022, parte dessa inflação desacelere diante das seguidas altas da SELIC implementadas pelo Banco Central dissipando parte dos efeitos do choque adverso. Mesmo assim, o horizonte de atuação da política monetária prevê retorno da inflação ao centro da meta somente em 2023.

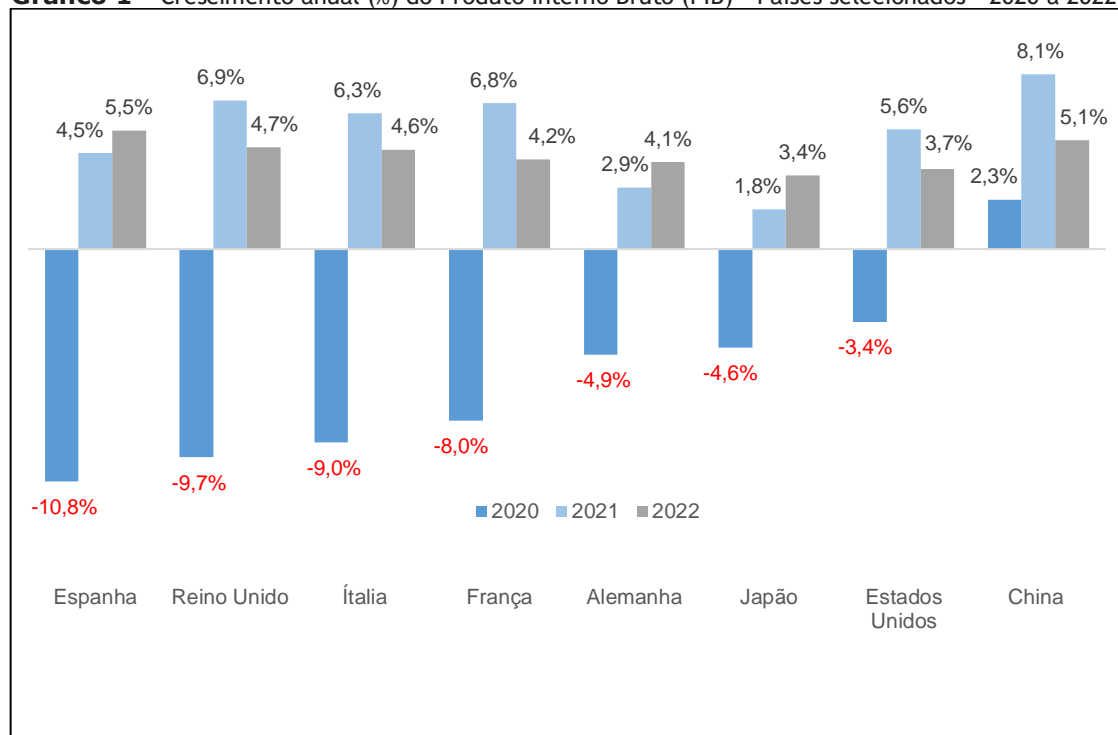
¹ Doutor em Economia - CAEN/UFC e Analista de Políticas Públicas do IPECE.

CENÁRIO MUNDIAL

As previsões da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países selecionados para os anos de 2021 e 2022, assim como as estimativas para o ano de 2020, são apresentadas no Gráfico 1. Verifica-se uma forte contração em 2020, como consequência dos efeitos negativos causados pela pandemia de Covid-19, e a estimativa de retomada do crescimento para as economias em 2021. Sendo assim, a China, no qual foi o único país que registrou um PIB positivo em 2020, aparece com 8,1%, seguido do Reino Unido (6,9%), França (6,8%), Itália (6,3%), Estados Unidos (5,6%), Espanha (4,5%), Alemanha (2,9%) e Japão (1,8%). Para 2022 a OCDE aponta uma continuidade de crescimento econômico, embora a taxas menores que em 2021.

É importante ressaltar que as projeções levam em consideração o avanço do índice de vacinação mundial e a efetividade das vacinas perante as possíveis novas variantes. A preocupação atual recai sobre a nova variante Ômicron, que apesar de causar sintomas mais brandos em comparação com as cepas anteriores, não gerando índices altos de casos graves e de óbitos na população vacinada, a variante é altamente contagiosa, o que poderá causar saturação no sistemas de saúde e novamente implantação de medidas sanitárias para a redução do contágio, principalmente em populações com baixo índice de vacinação, comprometendo o crescimento econômico dessas economias.

Gráfico 1 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2020 a 2022.



Fonte: OECD - Economic Outlook/Nº 110. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

CENÁRIO NACIONAL

No terceiro trimestre de 2021, com relação ao mesmo período de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 4,0% (Quadro 1), registrando uma retomada do crescimento depois do grande impacto negativo que a pandemia do covid-19 causou no ano de 2020. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, referente ao segundo trimestre de 2021, o PIB registrou uma leve queda de 0,1%, como consequência ainda dos efeitos negativos da segunda onda da Covid-19 registrado com mais intensidade nos meses de março e abril de 2021. No acumulado dos quatro trimestres, houve um aumento de 3,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Na taxa acumulada do ano, em comparação com igual período do ano anterior, registrou-se um crescimento de 3,9%. Em relação ao comportamento dos setores da economia, na comparação interanual do terceiro trimestre de 2021, houve crescimento nos Serviços (5,8%), Indústria (1,3%) e queda na Agropecuária (-9,0%).

A Despesa de Consumo das Famílias apresentou crescimento de 4,2%, na comparação com o terceiro trimestre de 2020. A Formação Bruta de Capital Fixo, teve um grande aumento de 18,8% no terceiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. A Despesa de Consumo do Governo também registrou um aumento de 3,5% em relação ao terceiro trimestre de 2020, dada o crescimento da oferta de serviços públicos por conta da diminuição do isolamento social. No setor externo, as Exportações e Importações de Bens e Serviços cresceram respectivamente 4,0% e 20,6% no terceiro trimestre de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 3º Trimestre de 2021.

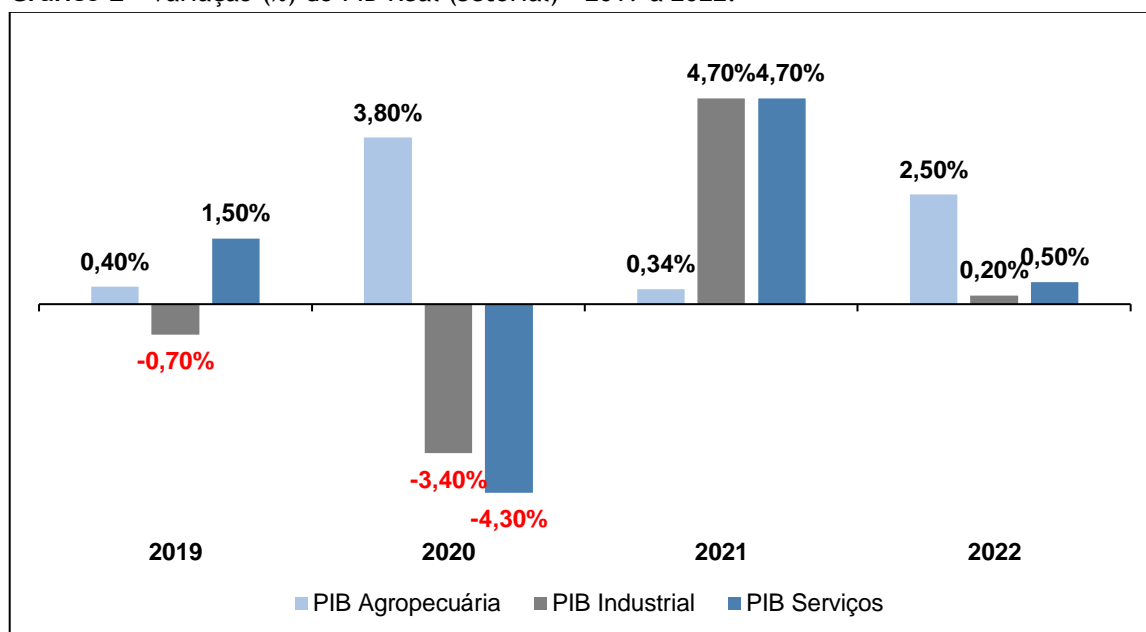
Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGROP.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
3º Trimestre de 2021/ 2º Trimestre de 2021 (%)	-8,0%	0,0%	1,1%	-0,1%	-0,1%	0,9%	0,8%	-9,8	-8,3
3º Trimestre de 2021/ 3º Trimestre de 2020 (%)	-9,0%	1,3%	5,8%	4,0%	18,8%	4,2%	3,5%	4,0	20,6
Taxa acumulada ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	-0,1%	6,5%	5,2%	5,7	22,7	4,1	1,7	6,6	15,6
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	0,2%	5,1%	3,3%	3,9%	20,2%	2,1%	0,4%	3,8	10,3
Valores Correntes no 3º Trimestre de 2021 (R\$)	123,7 bilhões	455,4 bilhões	1,3 trilhão	2,2 trilhões	430,5 bilhões	1,3 trilhão	406,2 bilhões	461,2 bilhões	409,6 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 3º Trimestre de 2021 = 19,4%									
Taxa de Poupança (Poup/PIB) no 3º Trimestre de 2021 = 18,6%									

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

O gráfico 2 apresenta a variação percentual do PIB real do Brasil, para o período 2019 a 2022, por setores produtivos. da economia brasileira. Em 2021, a mediana das expectativas projetadas pelas instituições participantes do relatório FOCUS sugere que o setor da Agropecuária reduzirá seu ritmo de crescimento quando comparado com 2020, expandindo-se a uma taxa de apenas 0,34%. Em relação aos setores da Indústria e Serviços, o mercado projeta crescimento de 4,70% para ambos em 2021. Para o ano de 2022, as projeções indicam retomada do crescimento do setor agropecuário (+2,50%) e crescimento modesto para os setores da indústria (+0,20%) e serviços (+0,50%). As expectativas são relativamente reduzidas para 2022 em um cenário de incerteza devido aos novos surtos da Covid-19

provocados pela nova variante Ômicron e a falta de perspectivas para aprovação de reformas estruturantes por parte do governo e congresso em meio a um ano eleitoral.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2019 a 2022.



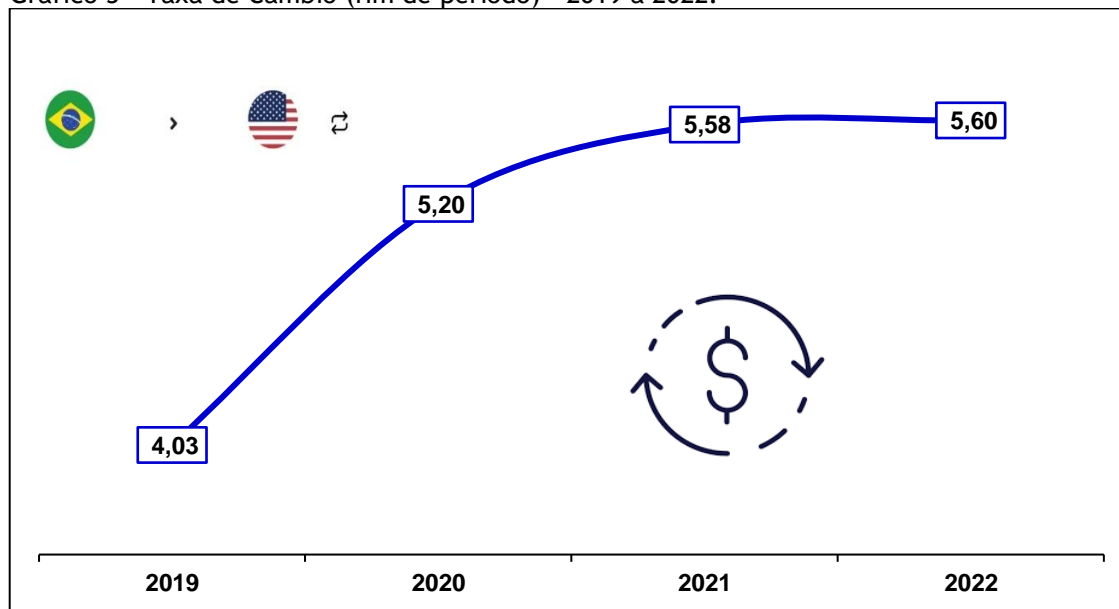
Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

No que concerne à análise da taxa de câmbio em 2019 e 2020, percebe-se que houve uma forte desvalorização do real frente ao dólar, passando de R\$ 4,03 em 2019, para R\$ 5,20 no fim de 2020 (Gráfico 3). Esse resultado foi decorrente, sobretudo, da pandemia do Coronavírus, iniciada no primeiro trimestre de 2020, que, dentre os diversos impactos econômicos, provocou sérios desalinhamentos e elevou a volatilidade das taxas de câmbio ao redor do mundo.

Quanto ao período de 2021, o real foi a 16ª moeda que mais se desvalorizou frente ao dólar, apresentando um recuo de 22,5%. A cotação inicial deste ano foi R\$ 5,19. No entanto, devido à expressiva saída de capital estrangeiro no país, aliada à deterioração de fundamentos importantes da economia brasileira, tais como inflação, contas públicas e o aumento das incertezas políticas, a taxa de câmbio fechou o ano em R\$5,58. Todavia, essa forte desvalorização influenciou diretamente na retomada das exportações, que atingiram o montante de US\$ 280,4 bilhões, gerando um superávit na balança comercial de US\$ 61 bilhões.

Em relação ao ano de 2022, as atuais previsões do mercado é que a taxa de câmbio se mantenha nos mesmos patamares, encerrando ano em R\$5,60, devido aos desafios ainda vinculados ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus e reforçadas pelas incertezas do ambiente político, por conta das eleições. No entanto, para 2023 já existe uma expectativa positiva, no sentido de o real começar a se valorizar novamente, apesar da volatilidade, prevendo-se uma taxa de câmbio em torno de R\$5,40.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio (fim de período) - 2019 a 2022.

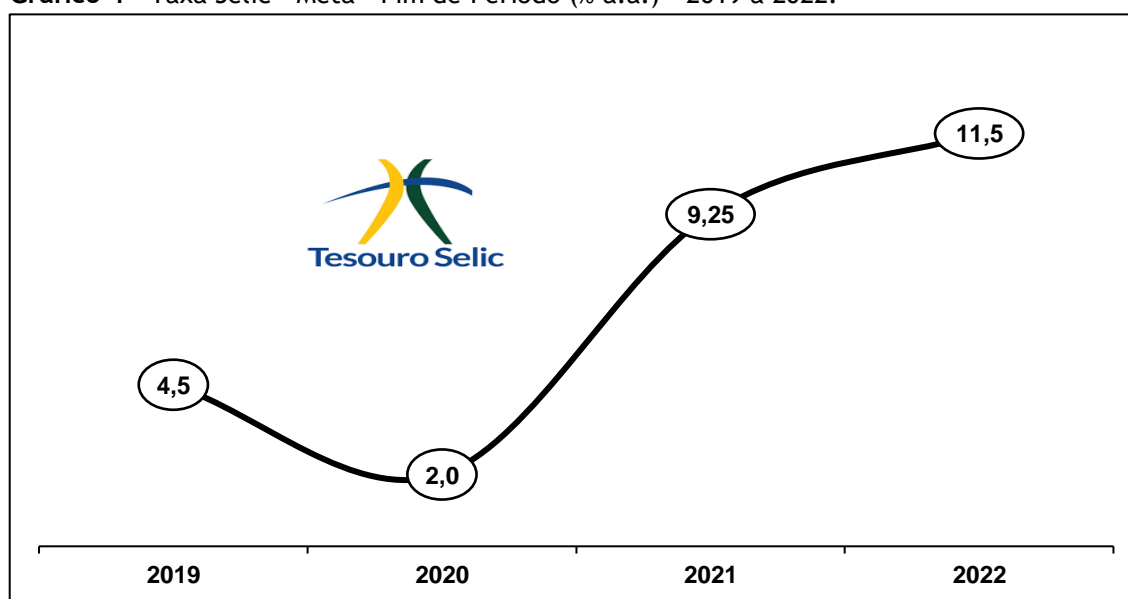


Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Na reunião do dia 08/12/2021, o COPOM elevou mais uma vez a taxa básica de juros, passando de 7,75% para 9,25% ao ano. Esse foi o sétimo reajuste consecutivo na taxa Selic, depois de passar seis anos sem elevação. A decisão já era esperada pelos analistas do mercado financeiro, devido ao aumento da inflação, especialmente puxada por combustíveis, alimentos e energia. Na reunião anterior, em outubro, o reajuste também foi de 1,5 ponto percentual. Vale ressaltar que em 12 meses o IPCA acumulado chegou a 10,74%.

A SELIC finalizou o ano de 2021 a uma taxa de 9,25% ao ano (Gráfico 4) e a previsão dos agentes do mercado, segundo o boletim FOCUS, é de uma SELIC em torno de 11,5% ao final de 2022, uma vez que, o Banco Central encontrará dificuldades para manter a inflação em torno da meta de 3,5% ao ano, com uma tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2019 a 2022.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

O Gráfico 5 retrata a inflação oficial do Brasil e as metas inflacionárias. A inflação oficial é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. O IPCA mede a variação de preços de um conjunto de bens e serviços consumidos pelas famílias, que possuem renda entre 1 e 40 salários mínimos. O Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) observa o comportamento do IPCA para realizar medidas adequadas para manter a inflação dentro da meta inflacionária estipulada.

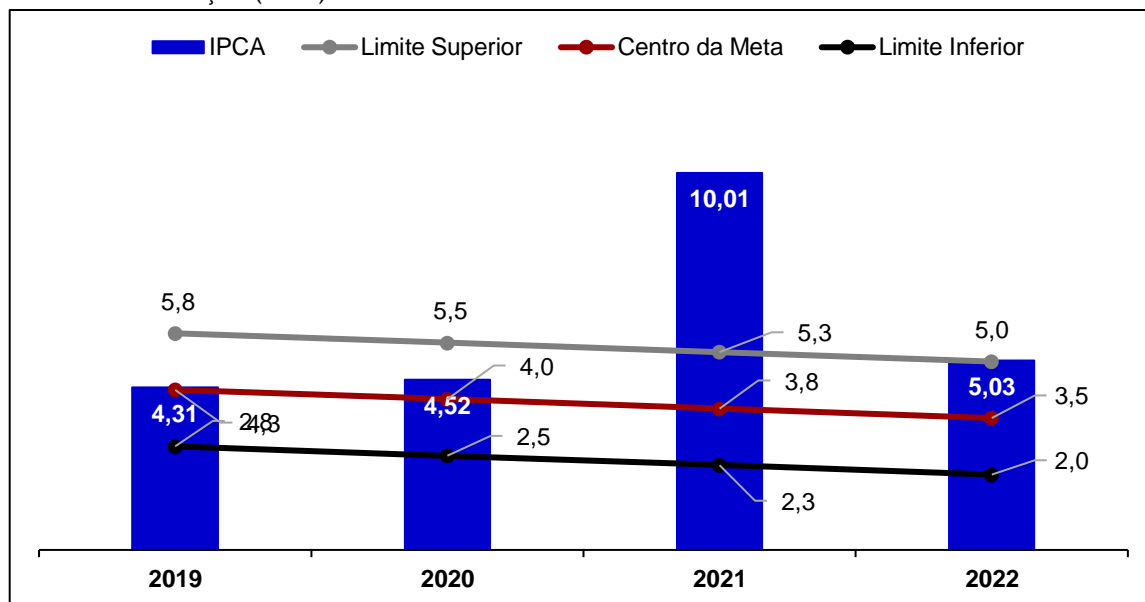
Ao analisar o gráfico, pode-se analisar que diferentemente de 2020, no qual a inflação estava dentro da meta inflacionária, em 2021 a projeção de inflação (10,01%) ultrapassa o teto da meta inflacionária do ano.

Em decorrência dos problemas da crise do COVID-19, a produção foi afetada com escassez de matéria-prima, o que fez aumentar o custo de produção em alguns setores e contribuiu para o aumento dos preços. A alta do dólar, agravada com a instabilidade política, gera aumento nos preços dos produtos e matérias-primas importadas, o que impacta nos preços de produtos consumidos internamente que levam em sua composição elementos importados. Dentre alguns produtos, destaca-se os combustíveis, que tem seus preços influenciados pelo aumento do valor do dólar. Há também problemas na indústria, que, após uma forte recuperação no início da reabertura econômica, passou por dificuldades na cadeia de suprimentos. Outra questão relevante a ser destacada quanto à inflação é o aumento no preço da energia elétrica, em virtude da crise hídrica enfrentada pelo País.

A inflação deve desacelerar aos 5,03% até o final do ano de 2022, aproximando-se do limite máximo da meta inflacionária do referido ano, que é de 5% ao ano. Isso simboliza que o nível de preços vai crescer com menos força em relação ao ano anterior.

Em decorrência do aumento do IPCA, o Banco Central vem realizando uma política monetária contracionista, o que pode ser observado pelos aumentos consecutivos na taxa básica de juros, a SELIC.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2019 a 2022.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

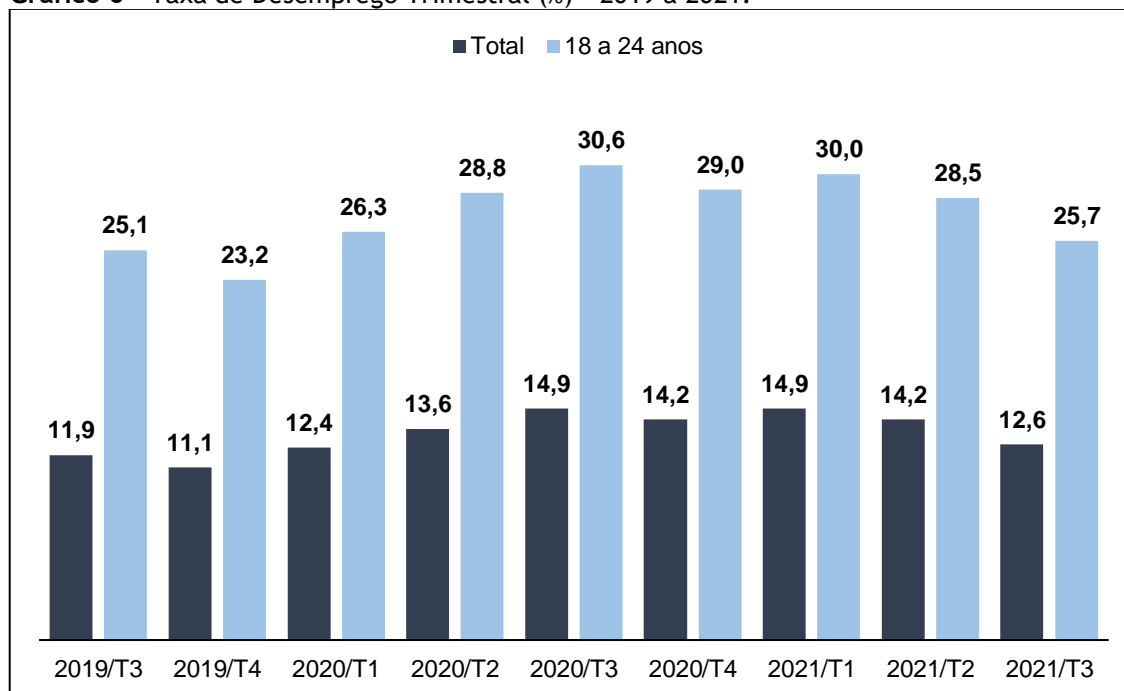
A taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2021, comparada com o mesmo período do ano anterior, apresenta um declínio, tendo em vista que em 2020 a taxa de desemprego total foi 14,9% e em 2021 apresenta 12,6%, uma diminuição de 2,3 pontos percentuais. Justaposto a isso, no que concerne a taxa de desemprego da população entre 18 a 24 anos, também apresentou uma melhora nesta comparação, já que estava em 30,6% em 2020, sendo esta a maior taxa em relação ao período comparado no Gráfico 6, e em 2021 verificou-se uma taxa de 25,7%. Posto isto, nota-se que a mesma é a 4ª menor taxa de desemprego, tendo em vista os dados em análise o Gráfico. Ademais, essa diminuição pode ser apontada devido ao aceleração da vacinação contra a COVID-19, aliado a

diminuição nas medidas restritivas referente ao isolamento social.

Analisando o primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2021, observa-se que vem ocorrendo um declínio da taxa de desemprego, demonstrando recuperação do mercado de trabalho e da economia diante da diminuição de casos do Coronavírus nestes períodos.

No que se refere a taxa de desemprego entre a população de 18 a 24 anos, a mesma no segundo trimestre de 2021 (28,5%) apresentou uma queda em comparação ao primeiro trimestre de 2021 (30,0%), e comparando ao terceiro semestre (25,7%), nota-se que continuou declinando o valor, assim obteve o menor resultado desde o primeiro trimestre de 2020. Todavia, o nível de desemprego geralmente é mais elevado entre essa parcela da população, conforme observa-se no gráfico e a mesma teve sua diminuição devido as melhoras do cenário econômico, em virtude das melhoras relacionadas a pandemia de Coronavírus.

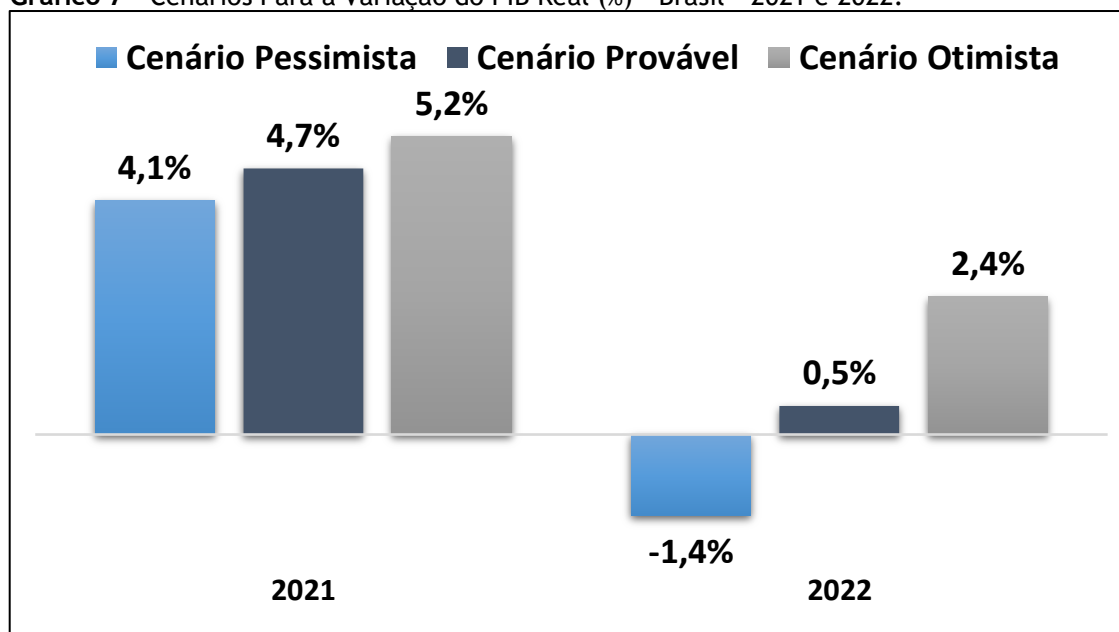
Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 2019 a 2021.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2021 e 2022, em três possíveis cenários (Gráfico 7). Após a retração verificada no ano de 2020 (-3,88%), a economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 4,7% e 0,5%, respectivamente para os anos de 2021 e 2022, explicado pela o aumento do processo de vacinação que vem ocorrendo com mais intensidade durante o segundo semestre do ano de 2021, o que permitiu um maior funcionamento das atividades econômicas que tiveram restrições mais fortes durante o ano de 2020 e início de 2021. Para o ano de 2022, o crescimento econômico sofrerá com mais intensidade os efeitos dos aumentos da taxa de juros SELIC iniciados nesse ano de 2021 como medida de controle para levar a taxa de inflação IPCA ao centro da meta de 3,5%. No cenário pessimista espera-se um crescimento de 4,1% e retração de 1,4%, respectivamente para 2021 e 2022, enquanto para o cenário otimista espera-se um aumento de 5,2% e 2,4%, respectivamente para 2021 e 2022.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2021 e 2022.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

CENÁRIO LOCAL

Os efeitos negativos causados pela pandemia na economia do Ceará foram verificados a partir do segundo trimestre de 2020, onde de acordo com a Tabela 1, na análise interanual verificou-se que os trimestres seguintes para o mesmo ano também foram de retrações: -1,48% para o terceiro trimestre e -0,17% para o quarto trimestre, uma redução do ritmo de queda como consequência do processo gradual de reabertura das atividades econômicas a partir da redução das taxas de contaminações e óbitos.

No ano de 2021, o PIB cearense iniciou-se um processo de retomada do crescimento econômico com um crescimento de 1,79% no primeiro trimestre, no segundo trimestre registrando um crescimento de 18,22% e fechando o terceiro trimestre com um aumento de 4,78%, dado houve o avanço da vacinação e que as restrições sanitárias foram menores do que as verificadas na primeira onda em 2020, onde desta vez todo o setor da indústria passou a operar sem restrições e as atividades ligadas ao setor de serviços registrou avanço a partir de uma maior circulação da população vacinada. No acumulado nos últimos quatro trimestres registra-se um crescimento de 5,58%, direcionando a economia cearense aos níveis de produção pré-pandemia.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 3º Trim. 2020 a 3º Trim. 2021(*).

Setores e Atividades	3º Trim. 2020 (**)	4º Trim. 2020 (**)	1º Trim. 2021 (**)	2º Trim. 2021 (**)	3º Trim. 2021 (**)	Acumulado no Ano (***)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	9,38	1,41	0,21	-6,15	-9,07	-6,26	-4,50
Indústria	0,79	4,61	11,07	47,64	8,45	19,06	14,83
Extrativa Mineral	-33,78	-34,30	-41,53	8,90	-18,65	-21,97	-26,09
Transformação	4,70	7,99	7,00	62,65	-4,16	14,36	12,51
Construção Civil	16,47	11,68	10,15	37,58	6,49	16,28	15,10
Eletricidade, Gás e Água	-21,89	-6,88	26,21	37,32	48,96	37,71	22,31
Serviços	-2,58	-1,53	-0,32	15,80	5,33	6,60	4,41
Comércio	4,20	1,53	1,42	38,32	1,10	11,31	8,47
Alojamento e Alimentação	-19,37	-15,20	-12,74	-3,60	1,85	-5,36	-8,08
Transportes	-8,76	-3,48	-1,38	21,84	14,20	10,65	6,62
Intermediação Financeira	-1,19	-0,25	2,17	18,58	4,66	7,99	5,75
Administração Pública	-3,95	-1,63	-0,78	6,91	8,43	4,80	3,16
Outros Serviços	-8,71	-8,29	-6,31	0,33	3,02	-1,11	-3,01
Valor Adicionado (VA)	-1,37	-0,33	1,97	18,35	4,71	7,88	5,65
PIB	-1,48	-0,41	1,79	18,22	4,78	7,81	5,58

Fonte: IPECE e IBGE.

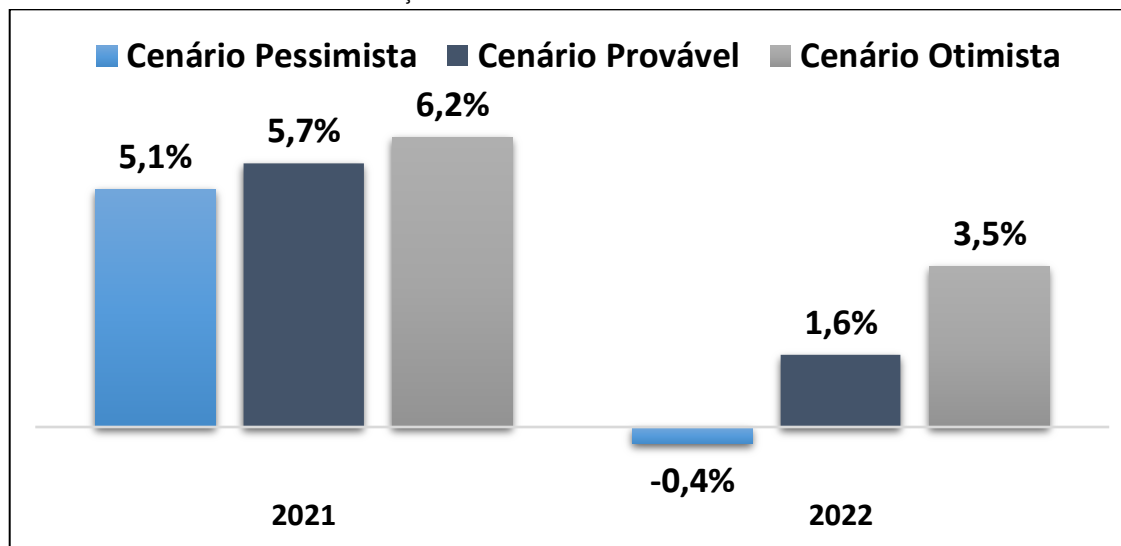
(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2021 e 2022, em três possíveis cenários (Gráfico 8). Após a retração verificada no ano de 2020 (-4,16%), a economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 5,7% e 1,6%, respectivamente para os anos de 2021 e 2022, explicado em grande parte pelo aumento do processo de vacinação, no qual vem permitindo um maior avanço das atividades econômicas presentes no setor de serviços e que sofreram maiores restrições na pandemia, como serviços de alojamento, alimentação, transportes de passageiros e serviços prestados às famílias, além disso o equilíbrio fiscal das contas públicas do Estado, vem permitindo o Governo de Ceará apresentar um alto nível de investimento público em relação à sua receita corrente líquida, o que favorecerá uma grande quantidade de atividades econômicas cearenses ligadas a cadeia de produção da construção civil, aumentando a produção e conseqüentemente a massa salarial e a arrecadação de tributos. No cenário pessimista espera-se um crescimento de 5,1% e queda de 0,4%, respectivamente para 2021 e 2022, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 6,2% em 2021, e um crescimento de 3,5% em 2022.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real - Ceará - 2021 e 2022.

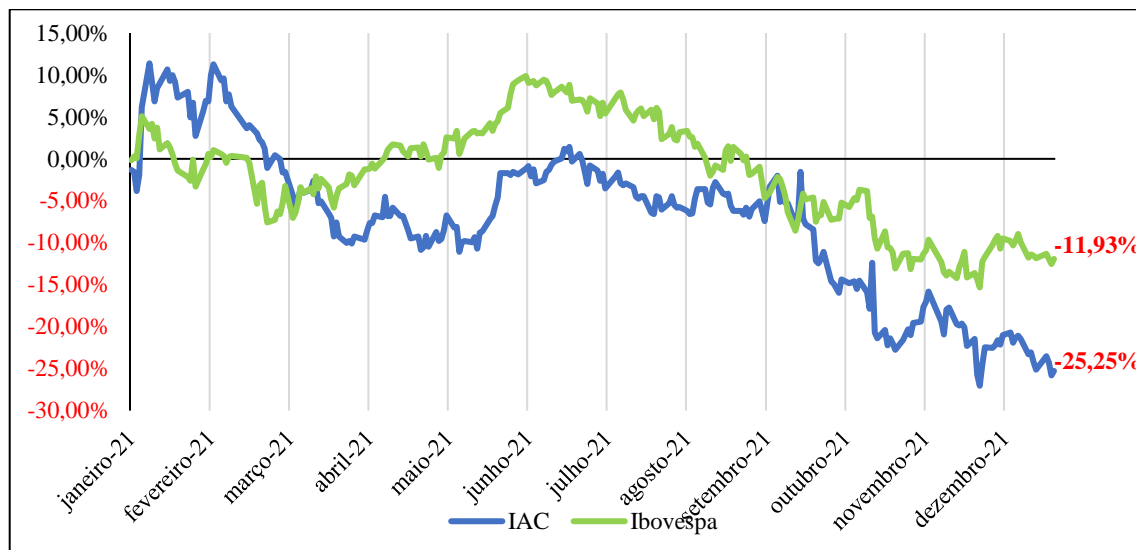


Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

ÍNDICE DE AÇÕES CEARENSES (IAC)

O Índice de Ações Cearenses (IAC) encerrou o ano de 2021 com declínio de 25,25% na comparação com o ano anterior, ficando 13,32 pontos percentuais abaixo do Ibovespa, que também registrou queda no ano (-11,93%). Como pode ser visto no Gráfico 9, em que é apresentado o retorno diário acumulado do índice, verificou-se que nos dois primeiros meses do ano os retornos foram positivos, vindo a decair ao final de fevereiro e seguindo com taxas negativas até dezembro. O Ibovespa, por outro lado, registrou taxas negativas logo nos primeiros meses do ano, com quedas de 3,32% em janeiro e 7,55% em fevereiro, recuperando o saldo positivo em meados de abril e atingido máximas históricas no mês de junho, seguindo positivo até agosto. Nos meses seguintes, o índice apresentou queda nas taxas de retornos acumuladas do ano.

Gráfico 9 - Retorno diário acumulado no ano do IAC e do Ibovespa - janeiro a dezembro de 2021.



Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/Unifor.

Como pode ser visto na Tabela 2, em dezembro de 2021, o IAC cresceu 0,61%, encerrando o ciclo de quedas observadas nos últimos oito meses. Dentre as empresas que compõe o índice, cinco registraram retorno positivos no último mês do ano, destacando-se a Arco (ARCE, +14,26%), Pague Menos (PGMN3, 13,65%), Coelce (COCE5, 10,20%) e Banco do Nordeste (BNBR3, +7,30%). Em relação ao retorno acumulado do ano, apenas a Grendene (+2,74%) e a Pague Menos (+2,44%) registraram valorização no valor de suas ações em 2021.

Tabela 2 - Retornos do Ibovespa e das empresas contidas no IAC - dezembro de 2021.

Tickers	Retorno mensal (%)	Retorno acumulada no ano (%)	Retorno acumulado dos últimos 12 meses (%)	Participação mensal (%)
Ibovespa	2,85% ▲	-11,93% ▼	-11,93% ▼	-
IAC	0,61% ▲	-25,25% ▼	-25,25% ▼	100,00%
ARCE	14,26% ▲	-34,92% ▼	-34,92% ▼	19,03%
PGMN3	13,65% ▲	2,44% ▲	2,44% ▲	4,05%
COCE5	10,20% ▲	-3,33% ▼	-3,33% ▼	3,66%
BNBR3	7,30% ▲	-4,03% ▼	-4,03% ▼	4,73%
GRND3	3,86% ▲	2,74% ▲	2,74% ▲	7,01%
COCE3	-1,80% ▼	-18,84% ▼	-18,84% ▼	4,18%
HAPV3	-5,23% ▼	-32,37% ▼	-32,37% ▼	43,31%
MDIA3	-8,50% ▼	-25,10% ▼	-25,10% ▼	7,31%
AERI3	-9,88% ▼	-34,30% ▼	-34,30% ▼	5,01%
BRIT3	-11,07% ▼	-63,41% ▼	-63,41% ▼	1,70%

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/UNIFOR.

* Data de referência: 30 de dezembro de 2021.

** Retornos ajustados a dividendos e desdobramentos.

Autores:

Alysson Inácio de Oliveira
Catherine Dos Santos Rodrigues
Vicente Aníbal da Silva Neto

